

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E IDENTIDADE NEGRA: UM ESTUDO COLABORATIVO NA ESCOLA ESTADUAL GENERAL AZEVEDO COSTA EM MACAPÁ-AP

ETHNIC-RACIAL RELATIONSHIPS AND BLACK IDENTITY: A COLLABORATIVE STUDY AT THE GENERAL STATE SCHOOL AZEVEDO COSTA IN MACAPÁ-AP

Elizabeth Jovelina Barbosa Grecia Coutinho **1**

Elivaldo Serrão Custódio **2**

Resumo: As relações étnico-raciais no Brasil estão impregnadas de profundas contradições. Muitas são as barreiras para o aluno ultrapassar, seja nos conteúdos, no livro didático, na omissão dos professores, enfim no cotidiano escolar. Para realização desse estudo levantou-se a hipótese de que a ausência de uma reflexão sobre as relações étnico-raciais no planejamento educacional contribui para a promoção do racismo e do preconceito. Assim, o objetivo proposto foi analisar e identificar as relações étnico-raciais na sala de aula da Escola Estadual General Azevedo Costa, na cidade de Macapá, AP, bem como a Lei n° 10.639/2003 está sendo efetivada para o fortalecimento da identidade negra. Após a análise dos dados algumas reflexões foram levantadas como: falta de planejamento educacional e de projetos pedagógicos para a realização das atividades que envolvam a temática racial, ausência de capacitação para docentes, falta de recursos e manutenção na estrutura física da escola, entre outros.

Palavras-chave: Lei 10.639/2003. Relações Étnico-raciais. Identidade. Espaço Escolar.

Abstract: Ethnic-racial relations in Brazil are steeped in profound contradictions. There are many barriers for the student to overcome, be it in the contents, in the textbook, in the omission of teachers, in short, in the school routine. To carry out this study, the hypothesis was raised that the absence of a reflection on ethnic-racial relations in educational planning contributes to the promotion of racism and prejudice. Thus, the proposed objective was to analyze and identify ethnic-racial relations in the classroom of the General Azevedo Costa State School, in the city of Macapá, AP, as well as Law n° 10.639 / 2003 is being implemented to strengthen black identity. After analyzing the data, some reflections were raised, such as: lack of educational planning and pedagogical projects to carry out activities involving the racial theme, lack of training for teachers, lack of resources and maintenance in the physical structure of the school, among others.

Keywords: Law 10,639 / 2003. Ethnic-racial relations. Identity. School Space.

Mestre em Ciências pela Educação pela Universidad ISPETEC **1**
Corporate, Estados Unidos. Professora da Secretaria de Estado da Educação do Amapá/Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0725403101284508>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6694-4395>. E-mail: bethgrecia@hotmail.com

Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal do Amapá **2**
(UNIFAP). Doutor em Teologia (Religião e Educação) pela Faculdades EST – São Leopoldo/RS/Brasil. Professor permanente no Mestrado em Educação da UNIFAP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8819683729192070>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2947-5347>. E-mail: elivaldo.pa@hotmail.com

Introdução

A sociedade brasileira constitui-se de diferentes grupos étnico-raciais, os quais são contribuintes inestimáveis ao desenvolvimento. As contribuições dos povos indígenas que já habitavam, no Brasil e dos negros que chegaram como escravos são responsáveis pelo desenvolvimento político, econômico, social, cultural e espiritual no Brasil e no mundo, caracterizando-se como uma das mais ricas do mundo. Entretanto, sua história é marcada por desigualdades e discriminações.

Não há fundamentos para o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância, sejam de que forma for. Não combater essas práticas é ser omissos, corroborando com o mito da democracia racial, é ir contra o que rege a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), a qual propõe o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de qualquer tipo, seja de raça, cor, sexo, língua, religião ou qualquer outro tipo de opinião, origem social, nacional, propriedade e nascimento (ONU, 1948).

Nesse sentido, abordar a temática no universo das escolas é de suma importância para a vida dos educandos e, principalmente, dos afro-brasileiros. Faz-se necessário ir em busca de mecanismos que promovam ações eficazes para superação do racismo, da discriminação e da desigualdade racial. Pois, não é suficiente reconhecer e detectar essas práticas no interior das escolas, mas propor mudanças efetivas e contundentes, a fim de combatê-las e superá-las.

Com a Constituição Cidadã de 1988, buscou-se no Brasil a efetivação de um Estado democrático de direito dando absoluta ênfase na cidadania e na dignidade da pessoa humana, entretanto, ainda há um o enfrentamento do preconceito, do racismo e da discriminação aos afrodescendentes. Sabe-se que historicamente o povo negro enfrenta grandes dificuldades para o acesso e permanência nas escolas, o que resulta na desigualdade entre brancos e negros.

Os estudos de D'adesky (2009), Gonçalves (2011), Custódio (2014; 2016) entre outros, comprovam que a população branca no Brasil ocupa os melhores lugares na política, nas carreiras públicas, no mercado de trabalho, e estão em maior número nas universidades do país. Os graves desequilíbrios sociais e econômicos que atingem grande parte da população brasileira caracterizam uma profunda desigualdade, além de uma concentração de riqueza e de poder nas mãos de uma minoria privilegiada (D'ADESKY, 2009, p. 63).

Assim, nesse contexto de desigualdade, o Governo Federal sancionou em 2003, a Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN e estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana para a implementação da mesma. A qual institui a obrigatoriedade do Ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas do país.

O estudo da temática étnico-racial se justifica, haja vista, o direito que se tem de ser igual, quando há diferenciação por inferiorização e de ser diferente quando a igualdade descaracteriza o ser. Assim sendo, faz-se necessário uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades sofridas por esta população no decorrer do tempo.

Desta forma, uma educação para as relações étnico-raciais com o binômio diferença/igualdade, problematizando e considerado o contexto da realidade social do ser. Pois, o anseio pela igualdade não pode sufocar as diferenças existentes entre os sujeitos, gerando uma massa sem rosto e sem história.

A referida pesquisa teve como intuito contribuir para uma escola democrática, antirracista e que promova discussões, debates e que ações afirmativas possam promover o fortalecimento da identidade étnico-racial dos alunos da Escola Estadual General Azevedo Costa (EEGAC) em Macapá-AP e da sociedade em geral.

A escola e a formação da identidade da criança negra

A Educação, segundo a Constituição Federal de 1988 diz que é dever do Estado e direito da população, todavia a qualidade da educação está longe de ser a ideal. O ambiente escolar tem se tornado um ambiente hostil na maioria das escolas, tanto para os educandos, quanto para os educadores.

A violência, a discriminação e o desamor estão presentes na maioria das escolas públicas.

Assim sendo, a evasão escolar tem sido uma das saídas utilizadas por aqueles que tem ficado à margem, que não conseguem entrar no ritmo das salas de aula. Sobre a temática Ziviani, (2012) enfatiza:

É nas passagens dos níveis de ensino que o preconceito se deixa analisar. Os picos de evasão escolar se apresentam da 4ª para 5ª série (segundo ciclo) do ensino fundamental e, hoje, mais ainda, da 8ª série (último ano do 3º ciclo) do ensino fundamental para a 1ª série do ensino médio. A grande maioria dos que evadem é negra e pobre! (ZIVIANI, 2012, p. 15).

Se para os educandos brancos pobres já é difícil superar todas as dificuldades apresentadas no universo da escola, o que dizer dos educandos afrodescendentes, mais do que qualquer outro grupo étnico-racial, têm na escola pública o único caminho para modificar a sua condição social. De acordo com a Pesquisa, dos 18 aos 24 anos, apenas 25,4% dos negros está na escola; ou seja, um a cada quatro, representando cerca de 205 mil pessoas numa população que chega a 809 mil (IBGE, 2018). E assim, as estatísticas vão comprovando, dia após dia, o quanto o negro está em desvantagem em relação ao branco.

Outro fator preocupante e que impede que a criança afrodescendente alcance a ascensão necessária, é o alto índice de repetência ainda na primeira fase, na alfabetização. Dados comprovam que embora se tenha conseguido alavancar o número de matrículas, o índice da repetência nesse segmento ainda é alto. De acordo com Barcelos (ZIVIANI, 2012, p. 26), pretos e pardos representam o dobro da evasão dos brancos: até 16 anos praticamente a metade já abandonou os estudos.

A partir da mudança de uma série para outra, a discriminação fica mais evidente, a criança negra sofre discriminação desde o início de seus estudos, e quando existem projetos onde há separação em salas onde crianças que não conseguem acompanhar, elas passam a ficar segregadas nesses espaços. Produzindo marcas profundas, prejudicando seu desenvolvimento cognitivo na sua autoestima e esta levará por toda a vida.

A lei nº 10.639/2003 e suas implicações

A herança deixada pela escravização no Brasil é o racismo. Diante da luta dos Movimentos Negros no Brasil, o Estado brasileiro tem despertado para o sério problema que é o racismo e não mais fazer “vistas grossas” como antes no passado que considerava o Brasil um país em que não havia preconceito e racismo.

A partir dessa tomada de consciência por parte do Estado brasileiro, políticas e programas estão sendo elaborados especificamente a esta população afrodescendente. Um dos exemplos, é a publicação da Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que foi alterada por meio da inserção dos artigos 26-A e 79-B, referidos na Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas no currículo oficial da Educação Básica e inclui, no calendário escolar, o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” (BRASIL, 1996; 2003). Em relação à inclusão da temática na educação Munanga (2005) explica:

Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito inculcado na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar elevado do aluno negro, comparativamente ao do aluno branco (MUNANGA, 2005, p. 16).

Essa medida proporciona o resgate da contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira. Em 21 de março de 2003 foi criado a SEPPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), e foi instituída a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. A SEPPPIR, considera importante estabelecer parcerias para que seja cumprido o desafio de

combater o racismo e promover a igualdade de oportunidades entre os diferentes grupos étnicos do Brasil.

Sabe-se que o Sistema Educacional brasileiro foi elaborado a partir do modelo eurocêntrico e pode-se verificar nos livros didáticos que a ênfase é dada ao povo europeu. As histórias relativas à África são pouco exploradas, e em razão disso, os afrodescendentes não possuem uma memória sobre suas raízes, quanto à cultura, quanto s etnias, enfim, não conseguem encontrar na sua própria origem, razões para eles próprios a valorizarem.

Assim sendo, resgatar a memória coletiva e a história dos afrodescendentes não irá somente contribuir para fortalecer o grupo dos alunos afrodescendentes, mas também para os outros alunos que como não tiveram uma educação pautada em relações étnico-raciais saudáveis, terão a oportunidade de desconstruir esses preconceitos que ficaram arraigados nos seus inconscientes. Levando-os a perceber, a refletir que não existe superioridade e inferioridade entre pessoas.

A educação para as relações étnico-raciais no Amapá: caminhos e (des) caminhos

A cidade de Macapá formou-se através de muitos colonos açorianos, presos políticos, negros africanos oriundos da região nordeste e sudeste do Brasil, mais especificamente da Bahia e Rio de Janeiro, além dos indígenas seus naturais moradores. Portugal sempre estivera preocupado em defender a região Amazônica, pois, havia constantes ameaças estrangeiras nessa área do Brasil. Assim, ficara determinado que uma das estratégias seria o povoamento desta região, a fim de que ficasse mais protegida dos ataques de outras nações interessadas nesse espaço de tantas riquezas.

Assim sendo, o Amapá foi recebendo escravos oriundos de várias partes da África. Algumas vezes para a construção das fortificações, como a construção da Fortaleza de São José, obra esta iniciada nos anos de 1765 e, finalmente, inaugurada nos anos de 1782. E outros vindos com as famílias que estavam sendo destacadas para povoar a cidade de Macapá.

Infelizmente, quanto aos registros da história referente ao início das experiências educativas do negro no Amapá é quase nula. Isso porque, assim como também no restante do Brasil não foi dada importância para conservação dos registros.

No estado do Amapá, a Lei Estadual nº 1.196/2008 torna obrigatório o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares. A Lei nº 1.196/2008 além de ratificar o texto original da Lei Federal 10.663/2003 ainda adicionou as seguintes inovações:

[...] Art.3º Caberá ao Conselho de Educação do Estado do Amapá, desenvolver as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas pela resolução nº 01, de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno/DF dentro do regime de colaboração e de autonomia de entes federativos e seus respectivos sistemas. Art 4º o prazo para implementação do estabelecido no caput do Artigo 1º desta Lei (torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira), será de 01 (um) ano, contados da publicação desta Lei. Parágrafo único. A Escola de Administração Pública do Estado disponibilizará curso de especialização para professores de História da Rede de Ensino Fundamental e Médio, visando ao entendimento do ensino estabelecido no caput do Artigo1º (AMAPÁ, 2008).

Foi na década de 1970, mais precisamente no final dos anos 1970 que começaram a realização dos estudos e pesquisas sobre as relações sociais nos espaços escolares e este fato evidencia a presença um pouco mais considerável de acadêmicos negros nas instituições de ensino superior.

Análise e discussão dos resultados

A pesquisa efetivou-se através da investigação do referencial teórico voltado para a temática étnico-racial na qual foram levantados os referenciais legais referente à questão afrodescendente

tais como a Lei nº 10.639/2003, a Lei nº 11.645/2008, a Resolução CNE nº 01/2004 e entrevistas com os alunos do 2º Ano do ensino médio, do turno da manhã, da EEGAC, localizada no bairro Julião Ramos, mais conhecido como o bairro do Laguinho. O bairro tem uma importância histórica para os afrodescendentes, pois foi um dos que recebeu os moradores negros que residiam na parte central da Vila de São José de Macapá.

Eles se fixaram primeiramente, em frente à igreja de São José e no entorno. Por ocasião da execução do projeto de urbanização da cidade de Macapá, na década de 1940, os moradores foram convidados retirarem-se e seguir para as áreas periféricas, que na época eram: o bairro do Laguinho, o bairro do Igarapé das Mulheres, hoje chamado de Perpétuo Socorro, e o bairro Favela que também hoje possuem outro nome, que são os bairros Santa Rita e parte do bairro Central.

Como instrumento de pesquisa foi escolhido questionário com questões fechadas. Os 71 alunos das turmas do 2º ano do ensino médio da EEGAC, do turno da manhã, a maioria está na faixa etária dos 16 e 17 anos. A maioria mora na zona norte de Macapá-AP. Ao responderem ao questionário, com questões fechadas, houve alguns questionamentos. E que foram solucionados no decorrer do processo. Foi escolhida a sala de aula, pois é o local onde os educandos passam mais tempo com seus pares e seus professores.

A pesquisa de campo elaborada teve como objetivo constatar se a Lei nº 10.639/2003 está sendo respeitada na EEGAC, também se a referida Lei está contribuindo para que as relações étnico-raciais na sala de aula sejam relações de respeito e favoreçam o fortalecimento da identidade histórico-cultural dos afrodescendentes.

Deste modo, procurou compreender como está sendo efetivada a Lei nº 10.639/2003 nos processos de aprender e de ensinar e de como os educandos da EEGAC se autodeclaram e como se sentem nos seus grupos de pertencimento. A pesquisa demonstra possibilidades de desconstruir paradigmas e fortalecer sua identidade e sua autoestima, mostrando os aspectos legais que envolvem a presença na escola. O respeito que os mesmos merecem e a valorização da contribuição que seus antepassados trouxeram para a formação do Brasil.

A conversa com a coordenação pedagógica da EEGAC contribuiu para a compreensão de quem é a clientela da escola e também, como os planejamentos educacionais elaborados no início do ano referem-se à Lei nº 10.639/2003 e se consta algum projeto educacional funcionando na escola referente à temática étnico-racial.

Segundo a coordenação pedagógica, existe um Projeto Pedagógico referente à temática étnico-racial intitulado de Projeto de Pesquisa Antropológico envolvendo as áreas de Geografia, História e Sociologia, o qual busca conhecer a identidade histórico-cultural do bairro do Laguinho onde a EEGAC localiza-se e também sua ligação familiar com as comunidades do Curiaú, Casa Grande e Curralinho, objetivando o levantamento dos referenciais antropológicos da população que reside nessas comunidades.

As professoras da sala de leitura, dos turnos da manhã e da tarde, colaboraram com a pesquisa no sentido de apresentar que tipo de leitura era feito na sala de leitura. Não havia nenhum projeto específico na temática étnico-racial, mas ambas gostariam que houvesse e se mostraram receptivas em colaborar se fosse apresentado algum na escola.

A professora de língua portuguesa é a profissional da escola que mais desenvolve atividades referentes à temática étnico-racial. E já fez inúmeras apresentações, seminários referentes à literatura afrodescendente. Assim, como as professoras da Sala de Leitura a mesma gostaria que a escola tivesse um projeto pedagógico efetivo dentro dessa temática.

A professora de artes também é muito interessada nessa temática, e já fez inúmeras exposições de pintura afro e trabalhos com a temática étnico-racial. Mostrando a historicidade do bairro do Laguinho e sua importância para a escola, trabalhando a parte histórica.

O professor de história é bacharel em direito, embora atualmente só trabalhe como professor de história e estudos amapaenses. O professor conhece profundamente as Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008. Trabalha com os alunos em sala de aula efetivamente como determinam as leis ora citadas.

Contudo, segundo o professor a dificuldade é a falta de recursos da escola e também do planejamento pedagógico, não há um interesse muito grande por apresentar projetos, principalmente por não haver essa interação entre os professores de história.

Os demais professores possuem outras atividades, e demandaria tempo para encontros com discussões e elaborações de atividades conjuntas. Mas, segundo eles, a maior dificuldade são as condições precárias da escola e a falta de recursos para elaboração de projetos pedagógicos. O mesmo gostaria muito que houvesse um projeto pedagógico com a temática étnico-racial na escola, pois, poderia contribuir, principalmente, na sua disciplina.

É pertinente destacar neste momento que a realização da coleta de dados foi realizada mediante atendimento as recomendações previstas na Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde que visa assegurar a vontade dos entrevistados/colaboradores em contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida. Assim, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo informados de que os procedimentos adotados nesta pesquisa obedeciam aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Ressalta-se ainda que durante o processo de análise das informações assegurou-se o anonimato de todos os participantes com intuito de manter-se sua integridade.

Entrevistas com os alunos do 2º ano do ensino médio

Os alunos do 2º ano do turno da manhã estão na faixa etária entre 16 a 17 anos, a maioria reside na zona norte da cidade de Macapá e no bairro do Pacoval. Foram entrevistados através de questionário, contendo 10 perguntas fechadas. Antes da entrega dos questionários, foi explicado a eles a importância de as respostas serem sinceras e autênticas. O total de alunos participantes foi de 71.

A escola está passando por um período financeiro muito difícil, não há climatização na escola, e no período desta pesquisa os alunos eram liberados mais cedo, porque as classes estavam muito quentes e não havia condições humanas de se permanecer até o final do turno, por estar a temperatura já bastante alta por conta do verão. Embora o gestor da escola se empenhasse muito não havia uma resposta ainda da Secretaria de Educação do Estado do Amapá. Alguns alunos após as férias pediram transferência e a escola está com o número reduzido de alunos, em comparação com anos anteriores.

Durante a pesquisa, foram feitas perguntas para os alunos. Na primeira, foi perguntado se eles sabiam que existe leis destinadas a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação. Como resposta obteve-se que 92% conheciam a existência de leis destinadas a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação. E 8% disseram que não, pois não conheciam a existência de tais leis.

A partir desse dado quantitativo, percebe-se claramente que as conquistas e lutas dos Movimentos Negros trouxeram resultados positivos na escola, podendo até parecer timidamente, mas estão chegando. A maioria mostra ter conhecimento de que existem leis que protegem a população negra. Isso não é um assunto desconhecido para eles. Enquanto alguns responderam reclamaram que embora exista as leis elas não funcionem efetivamente.

No Brasil ser negro é tornar-se negro. O conhecimento dessas questões pode ajudar a superar o medo e/ou desprezo das diferenças raciais ainda presentes na escola e na sociedade. Entender essa complexidade é uma tarefa dos/as profissionais da educação. É tarefa de uma escola que quer ser cidadã e, por isso mesmo, não pode deixar de incluir a questão racial no seu currículo e na sua prática. E, por último, é preciso pensar alguns caminhos que nos ajudem a garantir, na prática escolar, o princípio constitucional da proibição do racismo (CAVALLEIRO, 2001, p. 89).

Na segunda pergunta os alunos deveriam se lembrar de algum trabalho que teriam feito em outros anos de estudo sobre a temática do racismo. 73% dos alunos respondeu positivamente, que já tinham sim, realizado trabalhos referentes ao racismo, entretanto 27% não tinham feito, ou talvez não se lembravam de ter feito. Logo, embora haja um número expressivo de respostas afirmativas,

não é na sua totalidade, o que demonstra que o assunto não é 100% debatido nas salas de aulas.

A EEGAC, embora atualmente não esteja desenvolvendo trabalhos sobre a temática racial, em termos de projeto pedagógico, procura sempre nas atividades de outros projetos como da *Gincana do Conhecimento*, orientar os alunos quanto a responsabilidade que cada um deve ter com o outro. E que a comunidade “azevediana”, como gentilmente chama o gestor dessa escola, deve viver em um ambiente de paz e de respeito.

O abismo racial brasileiro existe, de fato, e são as pesquisas e estatísticas que comparam as condições de vida, emprego, escolaridade entre negros e brancos que comprovam a existência da grande desigualdade racial em nosso país (MUNANGA, 2006, p.123).

Na terceira pergunta os alunos deveriam confirmar se eles já haviam sofrido algum tipo de preconceito, especificamente na escola. E como resposta os alunos quase na sua maioria confirmaram o que as pesquisas já mostram. Sim a grande maioria já sofreu preconceito. Segundo as respostas dos alunos 65% já sofreram preconceito, contra 35% que disseram nunca terem sofrido preconceito. Isto confirma o que os teóricos afirmam de como o espaço escolar é palco para práticas discriminatórias.

Os mesmos preconceitos permeiam também o cotidiano das relações sociais de alunos entre si e de alunos com professores no espaço escolar. No entanto, alguns professores, por falta de preparo ou por preconceito neles introjetados, não sabem lançar mãos das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional (MUNANGA, 2005, p. 15).

Na quarta pergunta, os alunos deveriam lembrar-se de leituras já efetivadas em sua vida cotidiana, não apenas na escola, mas leituras efetuadas fora da escola. Como resposta, a maioria respondeu positivamente ter lido sim algum artigo ou matéria sobre preconceito ou racismo. Foi constatado que 79% já tinham tido contato com algum livro ou matéria sobre preconceito e/ou racismo. O valor de 21% é um valor bem pequeno, mas ainda há alunos sem orientação. E isso já é um dado justo para se alcançar 100%. Através de trabalhos, projetos pedagógicos é possível alcançar na escola informações sobre preconceito, racismo e o mal que isso causa às pessoas.

Promover uma educação para o entendimento das diferenças étnicas, livre de preconceitos, representa uma possibilidade real da formação de sujeitos menos preconceituosos nas novas gerações. A prevenção de práticas discriminatórias, penso, requer um trabalho sistemático de reconhecimento precoce da diversidade étnica e dos possíveis problemas que o preconceito e a discriminação acarretam em solo brasileiro, desde a educação infantil – familiar e escolar. Tal prática pode agir preventivamente no sentido de evitar que pensamentos preconceituosos e práticas discriminatórias sejam interiorizadas e cristalizadas pelas crianças num período em que elas se encontram muito sensíveis a influências externas, cujas marcas podem determinar sérias consequências a vida adulta (CAVALLEIRO, 2018, p. 38).

Na quinta pergunta a informação pretendida era sobre o acolhimento da escola em relação aos alunos. E como resposta os alunos, em sua maioria, responderam que sim. A resposta para essa pergunta foi 69% afirmativa e 31% negativa. Isto leva a crer que a EEGAC está de certa forma atendendo efetivamente os seu alunado. Porém, as condições físicas estruturais da escola têm comprometido o desenvolvimento do projeto, de acordo as falas de alguns alunos, pois gostavam do corpo técnico, dos professores e do gestor, mas o que não gostavam era a precariedade que a escola se encontra. Sala quentes, sem climatização, banheiros quebrados e quase sem condições de uso. Essa era a grande insatisfação do alunado.

Políticas Públicas são formuladas e implantadas com o intuito de promover aperfeiçoamentos na sociedade, garantir e proteger direitos, corrigir distorções, incentivar avanços. Em se tratando de políticas curriculares, explicitam projeto de educação que busca dar acesso a conhecimentos, incentivar, fortalecer valores, posturas e atitudes que formem cidadãos e garantam a coesão nacional (SILVA, 2010, p.39).

Para a pergunta sexta, a investigação era sobre o conhecimento da África, se os alunos já haviam estudado sobre o continente africano. As respostas para essa pergunta foram que a maioria já havia estudado sobre o continente africano, ou seja, as afirmativas foram 73%, e as negativas 27%. Também é outro indicador que a Lei nº 10.639/2003 está sendo de certa forma implementada na EEGAC. Enquanto os alunos respondiam, foi perguntado se a África era um continente ou um país. Como resposta, todas as turmas responderam de forma unânime que era um continente.

Para introduzir a temática desejada, era preciso criar um marco legal. Foi assim que, em 11 de março de 1999, dois deputados estaduais, um do Rio Grande do Sul e outro de Minas Gerais, propuseram o Projeto de Lei Nº 259, de 1999, embaixo da Lei 10.639/03, acima citada, que visava tornar obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, especificando o conteúdo a ser dado: História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da identidade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política (GONÇALVES, 2011, p.124).

As respostas da sétima pergunta surpreendeu, pois os alunos em sua maioria sabiam o que era *multicultural* e responderam afirmativamente que gostavam de fazer parte de um país com essas características. Quase que as respostas destas afirmativas chegaram a 100%, entretanto 7% ainda não se sentem fazendo parte da grande maioria afrodescendente que forma a sociedade brasileira.

O maior conhecimento das nossas raízes africanas e da participação do povo negro na construção da sociedade brasileira haverá de nos ajudar na superação de mitos que discursam sobre a suposta indolência do africano escravizado e a visão desse como selvagem e incivilizado. Essa visão histórica do nosso passado e o estudo da participação da população negra brasileira no presente poderão contribuir também na superação de preconceitos arraigados em nosso imaginário social e que tendem a tratar a cultura negra e africana como exóticas e/ou fadadas ao sofrimento e a miséria. (GOMES, 2008, p. 72).

Os alunos não conhecem a sala de atendimento integrado que existe na escola. Essa sala oferece atendimento psicológico, assistência social, fonoaudiologia e mediação de conflitos. Apenas alguns alunos conhecem o funcionamento da sala para estes atendimentos gratuitos na escola.

Diferentemente, da pergunta de número 6, 62% não conhece a Sala de Atendimento Integrado da EEGAC. Isto significa que, provavelmente não está sendo divulgado, por parte dos profissionais que ali atuam suas atividades em favor do alunado. E que há necessidade urgente da divulgação, pois sabemos que a maioria dos alunos advém de famílias carentes e que necessitam de atendimentos em diversas especificidades. Apenas 38% disseram conhecer.

Na pergunta oitava os alunos confirmaram gostar de fazer parte de um país multicultural, porém negaram ser afrodescendentes. O percentual de respostas SIM, somaram-se 54% e como respostas NÃO, 46%. Assim, ainda pode-se certificar o preconceito que existe com o negro e a negra no interior das escolas e da sociedade. A África tem uma representatividade negativa para a metade dos alunos. Muito embora eles se orgulhem de fazer parte do Brasil multicultural.

Na pergunta nona, os alunos foram quase unânimes em dizer que tem interesse em aprender mais como lidar com as diferenças. Finalizando as repostas dos alunos mostram que a maioria (89%), tem desejo de aprender mais para como melhorar os relacionamentos com as diferenças na sala de aula, incluindo diferenças étnico-raciais. É pertinente ressaltar neste momento que um dos desafios da contemporaneidade passou a ser a construção da unidade social em sociedades marcadas por significativas diferenças e desigualdades pessoais e coletivas. Escutar a si e ao outro se torna, portanto, a condição para o reconhecimento e a comunicação.

Possibilidades de ações educativas para que a escola promova a construção de uma identidade negra positiva

Neste contexto, nas ações a serem propostas à EEGAC para que a mesma promova a construção de uma identidade negra positiva será, também, destacado a importância do professor em assumir uma postura antirracista na sala de aula, para que as relações étnico-raciais se desenvolvam de forma respeitosa. Nesta pesquisa enfatizou-se, também a necessidade de se desenvolver um projeto pedagógico específico relacionado a temática étnico-racial para que venha fortalecer a identidade histórico-cultural dos alunos.

Foi sugerido ações que devam acontecer no cotidiano dos alunos na escola para que paulatinamente estes possam compreender o quanto é importante manter um relacionamento pautado no respeito as diferenças. Assim, apresentou-se alguns dados do projeto pedagógico *Ler e Escrever* para compreender as relações étnico-raciais na sociedade. O projeto foi sugerido à EEGAC e aceito pelo gestor e pela coordenação pedagógica.

Como fortalecimento da identidade histórico-cultural dos alunos se propôs criar um pequeno núcleo de estudos afro-brasileiro, pois a EEGAC possui um acervo muito importante para pesquisas em relação a essa temática e os alunos mostraram através dos dados analisados desse estudo ter interesse em conhecer mais sobre a temática étnico-racial.

Assim, foram sugeridas atividades nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, História, Língua Estrangeira Inglês e na disciplina de Artes. Atividades estas que promovam a construção de uma atividade negra positiva. A presente pesquisa foi elaborada no primeiro semestre de 2019 na EEGAC, localizada na Rua: José Antônio Siqueira, nº 111, Bairro: Laginho, CEP. 68.908-014, na cidade de Macapá, estado do Amapá.

A gestão democrática é o modelo de administração escolar, escolhido pela escola, e que se preocupa não apenas em executar políticas, mas permitir que a comunidade escolar possa participar ouvindo, interagindo e decidindo juntos o que resultará na melhoria dos trabalhos da dinâmica da escola. A pesquisa foi muito gratificante pois, foi elaborada num ambiente de receptividade por parte dos atores que dela participaram: professores, alunos, gestores e demais membros da comunidade escolar.

Após uma reunião com os coordenadores pedagógicos da EEGAC, foi dada autorização para que fosse iniciada a pesquisa que se intitulou como: *As Relações Étnico Raciais e o Fortalecimento da Identidade Histórico-Cultural mediante a Lei 10.639/2003 na EEGAC*. O turno da manhã foi o turno escolhido para análise, pois possui maior número de alunos por turma.

Para que a escola cumpra seu papel de formar cidadãos conscientes, conhecedores de seus direitos e deveres, e que sejam colaboradores na sociedade em que vivem é necessário que a escola trate de forma ampla e aberta de temas relacionados à cidadania aos direitos sociais, culturais e principalmente étnicos.

A pesquisa de campo elaborada teve como objetivo constatar se a Lei nº 10.639/2003 está sendo respeitada na EEGAC e também se a mesma lei está contribuindo para que a educação das relações étnico-raciais na sala de aula sejam relações de respeito, equidade e que favoreçam o fortalecimento da identidade histórico-cultural dos afrodescendentes. Deste modo, procurou-se compreender como está se efetivando a Lei nº10.639/2003 nos processos de aprender, de ensinar e de como os educandos da EEGAC se autodeclaram e como se sentem nos seus grupos de pertencimento.

A pesquisa demonstra possibilidades de desconstruir paradigmas e fortalecer sua identidade e sua autoestima, mostrando os aspectos legais que envolvem a presença na escola. O respeito que os mesmos merecem e a valorização da contribuição que seus antepassados trouxeram para

a formação do Brasil. Foram sugeridas ações que devem acontecer no cotidiano dos alunos na escola para que paulatinamente estes possam compreender o quanto é importante manter um relacionamento pautado no respeito e nas diferenças.

Projeto pedagógico: ler e escrever para compreender as relações étnico-raciais na sociedade

A leitura não tem sido uma das atividades muito apreciadas pelos alunos, mas também por grande parte dos brasileiros. Dados de pesquisas revelam que o número de livros vendidos anualmente no Brasil fica abaixo de outros países como Estados Unidos, Canadá e Inglaterra. São inúmeros os fatores responsáveis por essa afirmação. Os valores dos livros são muito aquém da renda dos brasileiros, o número de livrarias pelo país, também é pouco, e recentemente pesquisas apontavam o fechamento de algumas. Além da internet e os celulares, que tem atraído muito mais pessoas, principalmente os mais jovens.

Não se tem dúvida de que quando um aluno lê e escreve bem, adquire os requisitos necessários para alcançar sucesso na sua carreira acadêmica e na vida. A ideia de elaborar um projeto de leitura e escrita na EEGAC nasceu com a professora Dina Borges, que faleceu em 2018, e a professora Samille Monteiro, que na época trabalhava em na escola como professora de Língua Portuguesa e hoje se encontra em outra escola da Rede Estadual.

Considerando a ausência da interdisciplinaridade, a deficiência do ensino fundamental para inspirar e seduzir os alunos do ensino médio, para a importância do ato de ler, o desestímulo e o despreparo dos alunos para a prática da leitura e a escrita, além da dificuldade em organizar as ideias, articular palavras de maneira coerente a produzir períodos textuais coesos e coerentes, as duas referidas professoras decidiram em 2014, elaborar um projeto pedagógico que viesse de encontro a essas necessidades. As disciplinas envolvidas foram: Português, História, Geografia, Artes e Língua Estrangeira.

Como as mesmas dificuldades persistiam até o presente momento desta pesquisa, e sendo conhecedores do quanto a leitura e a escrita são importantes para o desenvolvimento intelectual dos mesmos, colocou-se a ideia das professoras em prática novamente. Todavia direcionando essa leitura e escrita na área das relações étnico-raciais, pois a EEGAC possui uma importante historicidade referente à afrodescendência, pois foi no bairro do Laguinho que os negros e negras ao sair do entorno da cidade, por ocasião da urbanização da orla da cidade vieram se fixar.

Segundo Custódio (2016), a presença do negro na formação social do Brasil, em especial no Amapá, foi decisiva para dotar a cultura brasileira rica em diversidade. Assim, o bairro do Laguinho onde se localiza a EEGAC não é um bairro qualquer, é um bairro que possui uma historicidade étnico-racial, onde a escola pode, ou melhor, deve ajudar a preservá-la, como a exemplo das famílias afrodescendentes, que não permitiram que morressem suas tradições, suas memórias, suas raízes.

O projeto pedagógico: *Ler e Escrever* para compreender as relações étnico-raciais na sociedade se mostra pertinente para a EEGAC, pois vai de encontro às necessidades dos educandos para o fortalecimento de sua identidade e proporcionando uma visão afirmativa acerca da diversidade étnico-racial e entendendo-a como uma riqueza da nossa diversidade cultural.

O presente projeto está em conformidade com as competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Segundo uma de suas competências (número 1) é valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A competência de número nove é exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. E ainda a de número dez é agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Acredita-se que o exercício da leitura e da escrita através da temática étnico-racial não só melhorará o processo cognitivo, mas também fortalecerá a identidade histórico-cultural dos

alunos na EEGAC, levando-os a sentir-se valorizados e também aprendendo a conviver com as diferenças sejam elas raciais, econômicas, de religião, de gênero ou de orientação sexual. Além disso, levar o aluno a se tornar um leitor competente, crítico e autônomo e também fazê-lo refletir sobre sua identidade como afro-brasileiro e cidadão, contemplando a diversidade e evidenciando a importância de conviver com a diferença para construir uma sociedade democrática e livre de preconceitos, discriminações e racismos.

Núcleo de estudos e pesquisas afro-brasileiro na biblioteca da EEGAC

Outra proposta apresentada também é que fosse fundado um espaço para estudos afro-brasileiros na escola, pois a EEGAC possui um rico acervo de livros para pesquisa na temática étnico-racial em decorrência da doação que a escola recebeu e recebe regularmente proveniente da Secretaria Estadual de Educação do Amapá, bem como da doação de pessoais diversas sociedade. Desta forma, foi proposto algumas sugestões para que as seguintes disciplinas pudessem desenvolver atividades que venham de encontro com o que está se propondo nas diretrizes curriculares nacionais e regional. Vejamos algumas:

Disciplina de Língua Portuguesa

Na disciplina de Língua Portuguesa, pode-se desenvolver atividades voltadas para contação de histórias africanas. Os alunos deverão pesquisar as histórias e apresentar em formas de seminário. Entretanto, deve-se antes fazer uma explanação da temática étnico-racial e sua importância. Conseguir um mapa do continente africano e juntos com os alunos fazer uma pesquisa histórica e depois irem propriamente dito para o desenvolvimento das histórias que os próprios alunos deverão selecionar e posteriormente apresentar para classe.

Disciplina de História

Na disciplina de História, pode-se trabalhar filmes. Como se sabe, em qualquer espaço educativo o cinema é um rico material didático. Ele desperta interesse, questionamentos e enriquecimento cultural. É considerado um aparato tecnológico. Através de filmes tanto estrangeiros como nacionais o cinema é sem dúvida, uma ótima estratégia para se trabalhar as relações étnico-raciais especialmente no ensino Médio. A Editora Mazza preparou dois volumes para professores trabalharem essa temática.

Esses livros foram distribuídos gratuitamente nas escolas públicas. Infelizmente poucos professores se interessam em visitar as bibliotecas de suas escolas. O nome do primeiro é: *Negritude, Cinema e Educação: caminhos para implementação da lei 10.639/2003 Volume I*, o segundo é *Negritude, Cinema e Educação: caminhos para implementação da Lei nº 10.639/2003, volume II*. A organizadora é Edileuza Penha de Souza de ambos os livros.

Os livros apresentam filmes nacionais e estrangeiros e ainda vem com a ficha técnica e a sinopse de cada filme, orientando o trabalho do professor. Como exemplo, segue o nome de alguns filmes que a obra traz: *Macunaíma*; *Ancestralidade e diversidade na travessia do Oceano Atlântico*; *O carnaval e os mitos de Dionísio e Orfeu*, *O Poeta do Desterro*, *Hip Hope em cena: vozes e resistências da juventude negra*, entre outros.

Disciplina de Matemática

Para a disciplina de Matemática o professor pode utilizar jogos africanos, como exemplo o jogo Mancala. Um jogo muito utilizado para ajudar no raciocínio lógico. O Mancala abre as portas para o conhecimento e práticas dos povos da África e ajudará os alunos com o raciocínio lógico. É muito semelhante ao jogo de xadrez. Do Egito ao Congo, da Etiópia a Gana, um jogo une a África. Ele é feito com materiais fáceis de encontrar e de criar.

Disciplina de Língua Estrangeira - Inglês

Na Língua Estrangeira Inglês, há uma infinidade de atividades que podem ser desenvolvidas. Tais como textos relacionados à temática étnico-racial como exemplo: o discurso de Martin Luther King, biografias de personalidades Negras como a de Nelson Mandela, Barack Obama. Outra atividade bastante utilizada pelos professores de língua estrangeira seja Inglês, Espanhol ou outra qualquer é a música. E também, é uma ótima estratégia para a construção de uma identidade positiva. Tais como o Reggae, o Jazz, canções africanas, entre outras que são possíveis conseguir na Internet.

Disciplina de Artes

Valorizar a cultura afro-brasileira e trabalhar as relações étnico-raciais na disciplina de Artes é uma atividade que não acarreta muitas dificuldades. Há uma série de atividades que podem ser trabalhadas como a confecção de máscaras africanas, oficinas de turbantes, de confecção de bonecas abaoni, onde se pode desenvolver a história que envolve todas essas atividades. Pode-se trabalhar também, oficina ensinando as jovens a penteados e tranças afro, valorizando os cabelos encaracolados e debater sobre a “ditadura dos cabelos lisos”, trabalhar pintura afro em bolsas “ecobabs” e também em camisetas. Todas essas atividades propostas levam o aluno ao fortalecimento da sua identidade histórico-cultural negra.

Disciplina de Educação Física

Como exemplo de atividade e muito praticada no Brasil como sugestão é o uso da capoeira. Tem suas raízes e ritos de lutas e danças africanas. É uma forma de dança cantada e ritmada e de movimentos precisos das artes corporais. A capoeira torna-se uma estratégia para ensinar os valores de respeito e convívio. Valoriza os movimentos, a musicalidade, do ritmo que são peculiares a ela. Enfim, esta é apenas um exemplo de como a educação física escolar pode trabalhar as ações educativas para promoção de uma identidade negra positiva.

Disciplina de Ciências e Biologia

Nas aulas de Biologia ou Ciências Naturais, há muito o que explorar para com a temática nas relações étnico-raciais. Um dos conceitos muito mal compreendidos é o conceito biológico das raças humanas. E nas aulas de Biologia esses paradigmas podem ser desconstruídos e ressignificados.

Disciplina de Geografia

Para o ensino da Geografia, pode-se trabalhar questões como as desigualdades raciais e o racismo nas populações espalhada nas regiões do Brasil. Mostrar que as regiões que apresentam mais pobreza e menor índice de pessoas alfabetizadas são na sua maioria negras. Uma boa fonte de pesquisa é a estatística e dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), destacando assim, as disparidades que há entre brancos e negros em todo o Brasil.

Considerações Finais

As afirmações ora apresentadas nos fazem refletir que não é um trabalho fácil cumprir o desafio que é proposto pelas novas políticas públicas educacionais voltadas ao combate à uma educação eurocentrista e excludente. Para que se promova uma educação que combata o racismo e promova a igualdade de oportunidades entre as diferentes etnias que compõem a sociedade brasileira é necessário que gestores, coordenadores pedagógicos, professores, alunos, familiares e todos os demais atores do universo escolar tornem-se agentes de promoção de uma educação antirracista e antidiscriminatória.

Sem refletir sobre os problemas sociais e educacionais na escola é impossível equacionar as relações que se efetivam na mesma. Estar em constante formação, atentos as mudanças que precisam ser efetuadas, é umas das práticas a serem alcançada dia a dia por todos. A Lei nº 10.639/2003 torna possível a promoção do respeito à diversidade étnico-racial, o reconhecimento e a valorização das culturas africanas e afro-brasileira nesse processo de formação. O que representa uma grande conquista para os alunos afrodescendentes e demais sujeitos da comunidade escolar.

Através desse trabalho e pesquisa realizada na EEGAC foi possível fazer algumas reflexões tais como: é urgente um comprometimento maior por parte do governo do estado do Amapá em apoiar as escolas, em especial, a EEGAC, enviando recursos para a realização de projetos pedagógicos, capacitação de gestores, coordenadores e professores, reforma e ampliação de estrutura física, entre outras ações, contribuiria de forma significativa para um bom trabalho educacional.

Das parcerias que tem trazido bons resultados na reflexão e discussão da temática da educação para as relações étnico-raciais na escola, destaque para a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), através do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro (NEAB). Todavia, acreditamos que todo o esforço valerá a pena. O compromisso com a Lei nº 10.639/2003 não será apenas a introdução de conteúdos sobre a História da África, mas refletir e atuar na defesa da promoção da igualdade, pelo fortalecimento das identidades e dos direitos dos alunos afro-brasileiros e das demais etnias.

Enfim, acreditamos que o fortalecimento da identidade histórico-cultural dos alunos da EEGAC só será pleno e satisfatório se houver coletividade e união entre os que compõe o espaço escolar, assim como se os projetos educacionais forem mais efetivos dentro e fora do espaço escolar. Não acontecerem somente de forma pontual em datas alusivas ao Dia da Consciência Negra, como vem acontecendo, mas que se planeje elabore ações diversificadas, contínuas e que levem o aluno a valorização de sua identidade negra.

Referências

AMAPÁ. **Lei nº 1.196, de 14 de março de 2008**. Macapá-AP, 14 de março de 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1988.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. No Ceará, a presença de negros com mais de 18 anos em unidades de ensino é bem menor se comparada com a de brancos. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNAD. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Brasília, 10 de março de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/bncc_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso: 10 jul. 2019.

CARRANO, P. **Identidades Culturais juvenis e escolas: arenas de conflitos e possibilidades**. In: MOREIRA, A. F. & CANDAU, V. (Organizadores). Multiculturalismo: diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 182-211.

CASHEMORE, E. **Dicionário de Relações étnicas e Raciais**. Trad. Kleve Dinah. São Paulo: Summus, 2000.

CAVALLEIRO, E. **Racismo e Anti-racismo na Educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2001.

CAVALLEIRO, E. **Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

CUSTÓDIO, E. S. **Políticas públicas e direito ambiental cultural: as religiões de matrizes africanas no currículo escolar no Amapá, 2014, 198f.** Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2014.

CUSTÓDIO, E. S. **A Presença do Negro no Amapá: discursos, tensões e racismo.** 2016. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/identidades>. Acesso em: 01 jul. 2019.

D'ADESKY, J. **Pluralismo Étnico e Multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil.** Rio de Janeiro: Pallas. 2009.

GOMES, N. L. **A Questão Racial na Escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03.** In: Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes: 2008, p.72.

GONÇALVES, L. A. O. **Pensar a Educação, pensar o racismo no Brasil.** In: FONSECA, M. V.; SILVA, C. M. N. de; FERNANDES, A. B. (Org). *Relações étnico-raciais e Educação no Brasil.* Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011, p. 124-133.

MUNANGA, K. (Org.). **Superando o Racismo na Escola.** 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, K. **Para Entender o Negro no Brasil de Hoje: História, Realidades, Problemas e Caminhos.** 2.ed. São Paulo: Global, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Organização das Nações Unidas (ONU), 1948.

SILVA, M. A. da. **Formação de educadores/as para o combate ao Racismo: mais uma tarefa essencial.** In: CAVALLEIRO, E. *Racismo e Anti-racismo na Educação: repensando nossa escola.* São Paulo: Selo Negro Edições, 2001, p. 65-83.

SILVA, P. B. G. e. **Estudos Afro-brasileiros: Africanidades e Cidadania.** In: ABRAMOWICZ, A.; GOMES, N. L. (Organização). *Educação e Raça: perspectivas políticas e estéticas.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. – (Coleção Cultura Negra e Identidade; 18). p. 37-56.

SILVA, P. B. G. e. **Aprender, Ensinar e Relações Étnico-raciais no Brasil.** In: FONSECA, M. V.; SILVA, C. M. N. de; FERNANDES, A. B. (Org). *Relações étnico-raciais e Educação no Brasil.* Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011, p. 11-38.

ZIVIANI, D. C. das G. **A cor das palavras: Alfabetização de crianças negras entre o estigma e a transformação.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 15-26.

Recebido em 18 de fevereiro de 2020.

Aceito em 19 de março de 2020.